



Sindicato dos Bancários e Financeiros
de São Paulo, Osasco e Região **CUT**

Itaunido

Jornal dos trabalhadores do Itaú | setembro de 2026 | Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região - CUT



BANCÁRIOS GARANTEM AUMENTO REAL, DIREITOS E AVANÇAM EM NOVAS CONQUISTAS! ITAÚ PAGA A PLR DIA 24!

Com a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2028, em 9 de setembro, o reajuste total dos bancários nos salários e todas as demais verbas, incluída a PLR (tanto na regra básica quanto na parcela adicional), ficou em 4,60% (**reposição total da inflação, medida pelo INPC, mais aumento de real de 0,60%**). Em 2027, a categoria também tem assegurado o aumento real de 0,60% e todos os demais direitos.

O auxílio-alimentação, por exemplo, passa para R\$ 967 mensais. Considerando também a 13ª cesta-alimentação, o total pago chega a **R\$ 12.571 por ano**. Já o auxílio-refeição passa a ser de **R\$ 1.227,23 mensais**, totalizando **R\$ 14.726,76 por ano**. Somados, o VR e VA dos bancários passam a alcançar **R\$ 27,3 mil por ano**, o equivalente a quase 17 salários mínimos. Veja o reajuste em cada verba na tabela ao lado.

“O aumento real, em 2026 e 2027, a manutenção de todos os direitos da CCT e os novos avanços são fruto da nossa organização, mobilização e capacidade de negociação. Desde 2004, início da mesa única, acumulamos um aumento real de 25%. Agradeço a cada bancário que fez e faz parte desta trajetória”, diz a presidenta do Sindicato e coordenadora do Comando Nacional dos Bancários, Neiva Ribeiro.

Avanços em cláusulas sociais, saúde e proteção ao emprego

- **Saúde mental:** participação dos sindicatos no Programa de Gerenciamento de Riscos Psicossociais, da nova Norma Regulamentadora

nº 1 (NR-1).

- **Combate ao assédio:** o banco disponibilizará canal de combate ao assédio moral, sexual e racismo para receber também denúncias sobre atos praticados por clientes contra bancários
- **Monitoramento digital:** transparência e limites à vigilância a partir de ferramentas de monitoramento digital e direito a feedback, com o objetivo de estabelecer uma gestão ética e humanizada da tecnologia para proteção dos bancários.
- **Direito à desconexão:** para que bancários tenham seu tempo fora da jornada de trabalho respeitado, por exemplo, não sendo obrigados a atender ou responder mensagens fora da jornada de trabalho, seja de clientes ou gestores.
- **Programa de indenização, qualificação e recolocação:** bancários demitidos em virtude do fechamento de agências terão assegurado um programa de requalificação e recolocação profissional, além de indenização adicional (veja detalhes no verso).

Valores a partir de set/2026

Piso Portaria (acima de 90 dias)	R\$ 2.707,80
Piso Escritório (acima de 90 dias)	R\$ 3.534,25
Piso Caixa e Tesoureiro (acima de 90 dias)	R\$ 4.774,31
Gratificação de Caixa	R\$ 841,94
Outras Verbas de Caixa	R\$ 398,13
Auxílio-Refeição	R\$ 1.227,23
Auxílio-Alimentação	R\$ 967,00
VA + VR	R\$ 2.194,23
13º Auxílio-Alimentação	R\$ 967,00
Auxílio-Creche / Babá	R\$ 729,21
Requalificação Profissional	R\$ 2.526,80
Ajuda de Custo Teletrabalho	R\$ 1.254,21
PLR - Regra Básica	
valor fixo	R\$ 3.695,43
Teto regra básica	R\$ 19.824,24
Teto regra básica majorada	R\$ 43.613,27
PLR - Parcela Adicional (teto)	R\$ 7.674,08
Antecipação PLR	
valor fixo	R\$ 2.217,26
teto regra básica antecipação	R\$ 11.894,53
teto antecipação adicional	R\$ 3.837,03

ACORDO ASSINADO, PLR E PCR NO BOLSO!

Com a assinatura da CCT, realizada no dia 9 de setembro, o Itaú já informou que pagará a antecipação da PLR no dia 24 de setembro. Além da PLR, o Itaú pagará o Programa Complementar de Remuneração (PCR). O valor do PCR corresponde a R\$ 4.096,42 (ROE acima de 22,1%), mais o reajuste da categoria.

A fórmula da primeira parcela/antecipação da PLR dos bancários corresponde a 54% do salário + valor fixo de R\$ 2.217,26 (até o teto de R\$ 11.894,53) + valor da parcela adicional, que representa a distribuição de 2,2% do Lucro Líquido de forma linear, com um teto de R\$ 3.837,03. Nestes valores já está aplicado o reajuste de 2026.



Centro Tecnológico (CT) na paralisação do dia 20 de agosto. Movimento foi decisivo para derrotar ataques dos banqueiros (Foto: Seeb-SP)

BANCÁRIOS DERROTARAM O ARROCHO SALARIAL DESEJADO PELOS BANQUEIROS

Durante o processo negocial entre Fenaban e Comando Nacional dos Bancários, os banqueiros fizeram diversos ataques aos direitos e à organização dos bancários. Sugeriram o fim da mesa única, uma tentativa de separar trabalhadores de bancos privados e públicos; propuseram dividir a categoria por meio de reajustes diferenciados por faixa salarial; e, a todo momento, ameaçavam judicializar a renovação da CCT.

A Fenaban apontava ainda que cada 1% de reajuste significa acréscimo de R\$ 1 bilhão nos custos dos bancos; que o setor vive um contexto de ampliação da concorrência; e colocava cada reivindicação como potencial risco aos empregos.

Outra arma dos banqueiros foi o fim da ultratividade (garantia da validade de um acordo coletivo de trabalho, além da sua vigência, até a assinatura da renovação), aprovado na Reforma Trabalhista, no governo Temer. Ao recusar um pré-acordo de garantia da ultratividade, a Fenaban adotou a estratégia de postergar a apresentação de uma proposta decente para uma data cada vez mais próxima da data-base.

Estes ataques – além das diversas propostas com arrocho salarial (veja na tabela ao lado), que também congelavam a PLR, rebaixavam o VA e VR e retiravam direitos – foram derrotados pela mobilização da categoria.

“Por um lado, os banqueiros se valeram do fim da ultratividade para endurecer as negociações, atacar nossa unidade, propor retirada de direitos e tentar im-

por arrocho salarial. Por outro, o Comando não se curvou às ameaças e esgotou o processo negocial com firmeza, responsabilidade e transparência”, destaca Neiva Ribeiro.

“Juntos enfrentamos cada desafio e garantimos, para além do aumento real, a preservação integral da CCT – na qual 85% das cláusulas asseguram direitos superiores aos previstos na CLT – e novas conquistas”, conclui a presidenta do Sindicato.

PROPOSTA	DATA	GANHO/PERDA REAL
1ª	25/8	-1,99%
2ª	25/8	-1,50%
3ª	26/8	-1,50%
4ª	26/8	-1,50%
5ª	27/8	-1,09%*
6ª	27/8	(INPC) 0%
7ª	28/8	INPC+ 0,26% para 2026 nos salários,VA/VR e PLR / Demais verbas 0% 0% (INPC) para 2027 em todas as verbas
8ª	28 e 29/8	INPC+ 0,33% para 2026 INPC+ 0,26% para 2027 em todas as verbas
9ª	29/8	INPC+ 0,6% para 2026 INPC+ 0,6% para 2027 em todas as verbas

* Na 5ª proposta a Fenaban utilizou o IPCA Alimentos em domicílio para reajustar todas as verbas

CONQUISTA DA CAMPANHA ASSEGURA PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO E REALOCAÇÃO, ALÉM DE INDENIZAÇÃO ADICIONAL

Entre janeiro de 2015 e maio de 2026, os maiores bancos fecharam 9,5 mil agências. Diante desse quadro, os bancários conquistaram duas importantes medidas para encarecer as demissões em caso de fechamento de agências e realocar os bancários no mercado de trabalho:

- Programa de requalificação e recolocação, com a contratação de consultoria internacional (Gi Group), que irá elaborar planos para cada trabalhador, com diagnósticos, entrevistas e estratégia individual de recolocação. Os trabalhadores terão acesso a uma plataforma de cursos e serão cadastrados em um banco de talentos, de forma a conectá-los com empresas que necessitem de suas competências.
- Indenização adicional, além do que já era previsto na CCT, conforme tabela ao lado:

TEMPO DE CASA	INDENIZAÇÃO ADICIONAL PREVISTA ATUALMENTE NA CCT (SALÁRIOS)	NOVA INDENIZAÇÃO ADICIONAL PROPOSTA EM ADIÇÃO À CCT (SALÁRIOS)	TOTAL DA INDENIZAÇÃO ADICIONAL
Até 5 anos	1,0	2,0	3,0
05 a 10 anos	1,5	4,0	5,5
10 a 20 anos	2,0	5,0	7,0
Acima de 20 anos	3,0	6,0	9,0